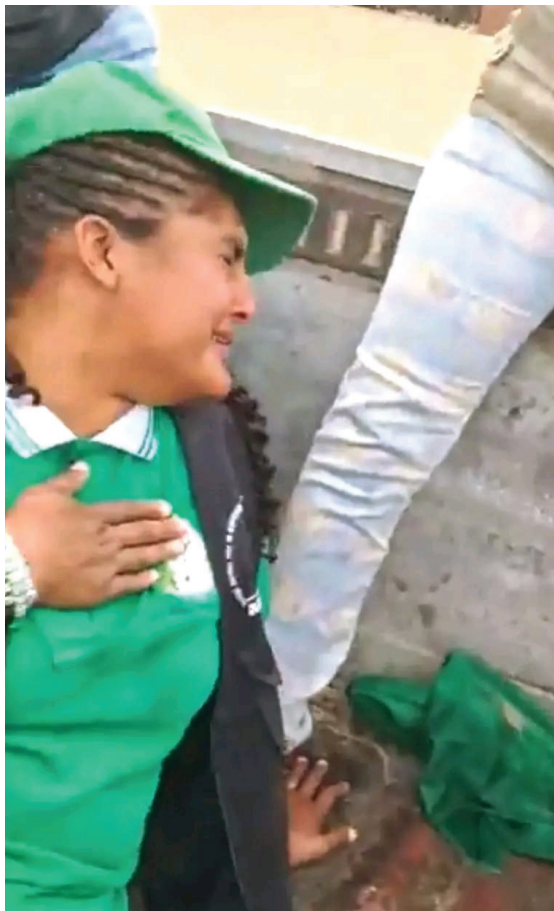


UMA CLARA CONTRADIÇÃO COM O ESPÍRITO DO
PROPALADO DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO

Actuação da Polícia em Quelimane é mais uma manifestação de intolerância política e instrumentalização das forças de segurança contra a oposição

- Uma concentração que antecedia uma marcha pacífica promovida pelo partido Aliança Nacional para um Moçambique Livre e Autónomo (ANAMOLA) foi interrompida ontem, sábado, 15 de Agosto, na cidade de Quelimane, província da Zambézia, após uma intervenção da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma subunidade da Polícia da República de Moçambique (PRM). A UIR recorreu a gás lacrimogéneo e armas de fogo, tendo sido registados feridos. A actuação policial enquadra-se num contexto mais amplo de intolerância política e de instrumentalização das forças de segurança contra a oposição em Moçambique.





O episódio ocorre num momento em que o país procura, através do diálogo nacional inclusivo, criar condições para reduzir a tensão política, promover a reconciliação e fortalecer a convivência democrática. Neste contexto, a intervenção policial contra uma concentração de membros da oposição representa uma contradição com o espírito desse processo.

SOBRE A MARCHA

A iniciativa estava inserida nas celebrações do primeiro aniversário do ANAMOLA. Segundo informações tornadas públicas por aquela força política e pelo Presidente do Conselho Municipal de Quelimane, Manuel de Araújo, a marcha havia sido previamente comunicada às autoridades. Representantes daquele partido terão igualmente mantido encontros com autoridades policiais e municipais durante a semana que antecedeu o evento. Estranhamente, apesar do carácter pacífico da marcha, a mesma foi impedida com recurso à violência policial.

USO DE GÁS LACRIMOGÉNEO E DISPAROS E REGISTO DE FERIDOS

A intervenção policial ocorreu ainda durante a concentração, antes do início da marcha. A PRM terá recorrido a gás lacrimogénico e armas de fogo para dispersar os participantes, tendo sido reportados feridos. Vídeos postos a circular nas redes sociais mostram membros e simpatizantes do ANAMOLA a passar mal depois de inalarem gás lacrimogénico.

ATENTADO CONTRA AS LIBERDADES DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A actuação da Polícia levanta um debate antigo sobre o respeito pelas liberdades de reunião e de manifestação, sobretudo quando



exercidas por partidos políticos da oposição e membros da sociedade civil. Em Moçambique, particularmente durante o mandato do Presidente Filipe Nyusi, manifestações e marchas promovidas por forças da oposição e por organizações da sociedade civil passaram a enfrentar restrições, contribuindo para o estreitamento do espaço cívico.

UM PADRÃO AMPLO DE TRATAMENTO DESIGUAL

O evento de Quelimane deve, por isso, ser

analisado à luz de um padrão amplo de tratamento desigual das iniciativas de mobilização política, no qual organizações e grupos associados ao partido no poder encontram maior margem de actuação, enquanto iniciativas promovidas por forças da oposição são frequentemente sujeitas a restrições ou intervenções das autoridades. Esta realidade reacende o debate sobre a imparcialidade das instituições do Estado e a instrumentalização das forças de segurança para fins políticos.

UMA CONTRADIÇÃO COM O DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO

A actuação policial em Quelimane contrasta com os objectivos do diálogo nacional inclusivo, que pressupõe a criação de um ambiente político aberto, tolerante e favorável à participação de diferentes forças políticas e sectores da sociedade. Não é coerente defender o diálogo como mecanismo para ultrapassar as tensões políticas e, simultaneamente, permitir práticas que restringem o exercício das liberdades de reunião e manifestação por actores políticos da oposição.

Mais do que contribuir para a redução da tensão política, intervenções desta natureza podem aprofundar a desconfiança entre os diferentes actores e fragilizar os esforços de construção de consensos nacionais. O diálogo nacional inclusivo não pode limitar-se às

salas de conversas; deve igualmente reflectir-se na forma como as instituições do Estado tratam os cidadãos, os partidos políticos e as suas iniciativas públicas.

IMPORTANTE INVESTIGAÇÃO

Diante deste episódio, é fundamental que as autoridades, com destaque para o Ministério Público, esclareçam as circunstâncias da intervenção policial em Quelimane, incluindo as razões que determinaram o uso de gás lacrimogénico e armas de fogo, bem como que sejam investigadas as alegações de disparos com armas de fogo e apurada a responsabilidade por eventuais actos de violência ou uso excessivo da força.

Como referimos, mais do que um episódio isolado, o evento de Quelimane deve ser analisado no contexto mais amplo da intolerância política e do enfraquecimento do

espaço cívico em Moçambique, particularmente no que diz respeito ao exercício das liberdades de reunião, manifestação e participação política por forças da oposição. A actuação registada em Quelimane constitui também uma contradição com o espírito do diálogo nacional inclusivo, que exige tolerância política, abertura democrática e respeito pelas liberdades fundamentais.

A Polícia deve actuar como uma instituição do Estado, subordinada à Constituição e à lei, e não como um instrumento de contenção ou repressão da actividade política de cidadãos e partidos da oposição. É precisamente através do respeito por estas garantias que se poderá construir um ambiente de confiança e de diálogo capaz de responder à actual crise política e fortalecer a democracia em Moçambique.



MISSÃO

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO